

Esquerda do PMDB começou de manhã mobilização contra o projeto 6.969

BRASÍLIA — A esquerda do PMDB começou a se mobilizar contra o projeto-de-lei 6969 do Governo que trata da privatização de empresas estatais logo ontem pela manhã. Vários parlamentares identificados com a esquerda do PMDB, como a Deputada Cristina Tavares (PE), telefonaram para assessores do Ministro do Planejamento, João Sayad, querendo explicações sobre o que qualificaram de ameaça de quebra do monopólio estatal do petróleo, que estaria contida no projeto.

Os parlamentares se referiam a dois itens: a mudança do artigo 60 da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, e a supressão do parágrafo único desse mesmo artigo. Esse artigo estipula que o Governo poderá vender ações de empresas estatais de propriedade da União, desde que mantenha 51 por cento, no mínimo, de ações com direito a voto, "das empresas nas quais deva assegurar o controle estatal". O parágrafo único desse artigo diz que as transferências de ações da Petrobrás e subsidiárias serão regidas pela Lei 2.004, de 3 de outubro de 1953, que criou a empresa e estabeleceu o monopólio estatal do petróleo. ~~MA~~ A mudança proposta determina que o Governo

poderá vender ações das empresas estatais de propriedade da União, desde que o controle da empresa continue sendo da União e de suas entidades da administração indireta (como o BNDES, o Banco do Brasil etc.). Além de suprimir a exigência de manter pelo menos 51 por cento das ações em poder da União, o projeto-de-lei elimina o parágrafo único do artigo 60.

Os parlamentares entenderam que o projeto conflita com a Lei 2.004 e poderá ser uma ameaça à manutenção do monopólio estatal do petróleo.

No Ministério do Planejamento, nenhum dos assessores com os quais esses parlamentares conversaram soube explicar direito o teor do projeto — incluindo o Secretário de Controle das Empresas Estatais, Henry Phillippe Reichstul, e o Presidente da Comissão Especial de Desestatização, Dimas Maria.

A explicação apresentada por vários assessores do Planejamento é de que o projeto-de-lei 6969 havia sido redigido pelo Assessor Econômico da Presidência da República, Luiz Paulo Rosenberg, e pela Comissão de Valores Mobiliários.